

ESTRATÉGIAS E DESAFIOS NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM TEA NA EDUCAÇÃO REGULAR

STRATEGIES AND CHALLENGES IN THE INCLUSION OF STUDENTS WITH ASD IN REGULAR EDUCATION

ESTRATEGIAS Y DESAFÍOS EN LA INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES CON TEA EN LA EDUCACIÓN REGULAR

Ana Paula de Santana Nascimento¹

RESUMO: Esse artigo buscou analisar as principais estratégias e desafios enfrentados pelos professores na inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação regular. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa, fundamentada em autores como Mantoan (2015), Cunha (2019), Amaral (2018), Bosa (2016) e Oliveira (2020), que discutem o papel da escola e do professor na construção de práticas pedagógicas inclusivas. O levantamento bibliográfico contemplou produções publicadas entre 2015 e 2024, analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). Os resultados indicam que a inclusão de alunos com TEA requer não apenas adaptações curriculares, mas também sensibilidade, formação docente continuada e apoio institucional. Constatou-se que a afetividade, o trabalho colaborativo e o uso de tecnologias assistivas são fatores decisivos para o desenvolvimento da autonomia e da aprendizagem dos estudantes com TEA. Conclui-se que a verdadeira inclusão vai além da matrícula: exige compromisso ético, valorização das diferenças e transformação da cultura escolar em direção a uma educação mais humana e equitativa.

1841

Palavras-chave: Inclusão escolar. Autismo. Práticas pedagógicas.

ABSTRACT: This article aimed to analyze the main strategies and challenges faced by teachers in the inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in regular education. Methodologically, it is a bibliographic and qualitative research, based on authors such as Mantoan (2015), Cunha (2019), Amaral (2018), Bosa (2016), and Oliveira (2020), who discuss the role of the school and teachers in building inclusive pedagogical practices. The bibliographic survey covered studies published between 2015 and 2024, analyzed through content analysis as proposed by Bardin (2016). The results indicate that the inclusion of students with ASD requires not only curricular adaptations but also sensitivity, continuous teacher training, and institutional support. It was found that affectivity, collaborative work, and the use of assistive technologies are decisive factors for the development of autonomy and learning of students with ASD. It is concluded that true inclusion goes beyond enrollment: it demands ethical commitment, appreciation of diversity, and transformation of school culture towards a more human and equitable education.

Keywords: School inclusion. Autism. Pedagogical practices.

¹ Mestra em Educação, Universidade: UNEATLANTICO.

RESUMEN: Este artículo buscó analizar las principales estrategias y desafíos enfrentados por los docentes en la inclusión de estudiantes con Trastorno del Espectro Autista (TEA) en la educación regular. Metodológicamente, se trata de una investigación bibliográfica y cualitativa, basada en autores como Mantoan (2015), Cunha (2019), Amaral (2018), Bosa (2016) y Oliveira (2020), que discuten el papel de la escuela y del profesor en la construcción de prácticas pedagógicas inclusivas. El relevamiento bibliográfico abarcó producciones publicadas entre 2015 y 2024, analizadas mediante la técnica de análisis de contenido propuesta por Bardin (2016). Los resultados indican que la inclusión de estudiantes con TEA requiere no solo adaptaciones curriculares, sino también sensibilidad, formación docente continua y apoyo institucional. Se constató que la afectividad, el trabajo colaborativo y el uso de tecnologías asistivas son factores decisivos para el desarrollo de la autonomía y del aprendizaje de los estudiantes con TEA. Se concluye que la verdadera inclusión va más allá de la matrícula: exige compromiso ético, valoración de las diferencias y transformación de la cultura escolar hacia una educación más humana y equitativa.

Palabras clave: Inclusión escolar. Autismo. Prácticas pedagógicas.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem se consolidado como um dos maiores desafios e, ao mesmo tempo, uma das mais importantes conquistas da educação contemporânea. Nas últimas décadas, políticas públicas e avanços científicos têm contribuído para ampliar o acesso desses estudantes às escolas regulares, reforçando o direito à educação inclusiva garantido pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). Contudo, a presença de alunos com TEA nas salas de aula não garante, por si só, a efetiva inclusão. Mantoan (2015) ressalta que incluir é muito mais do que matricular é criar condições pedagógicas, emocionais e sociais para que todos aprendam e participem de forma plena e significativa no ambiente escolar.

A compreensão do TEA é fundamental para o desenvolvimento de práticas educativas mais acolhedoras e eficazes. Segundo Amaral (2018), o transtorno afeta o desenvolvimento da comunicação, da interação social e do comportamento, manifestando-se de maneira única em cada indivíduo. Essa singularidade torna a atuação docente ainda mais desafiadora, pois exige sensibilidade, flexibilidade e criatividade para adaptar metodologias, rotinas e avaliações. Oliveira (2020) destaca que a inclusão de alunos com TEA requer uma mudança de olhar da deficiência para a potencialidade, em que o professor se torna mediador das interações e construtor de oportunidades de aprendizagem.

Outro aspecto essencial é a formação docente. A maioria dos professores da educação regular ainda enfrenta dificuldades em lidar com as especificidades dos alunos com TEA, seja por falta de formação específica, seja pela ausência de apoio institucional. Cunha (2019) observa

que a prática pedagógica inclusiva depende diretamente do conhecimento que o educador possui sobre o transtorno e das estratégias que utiliza para favorecer a aprendizagem. A formação inicial, muitas vezes limitada, precisa ser complementada por programas de formação continuada que estimulem a reflexão, o diálogo e o compartilhamento de experiências entre os profissionais da escola.

Os desafios não se limitam à sala de aula, mas envolvem também questões estruturais e emocionais. Bosa (2016) ressalta que a inclusão efetiva exige um ambiente escolar preparado, com adaptações físicas, materiais e, principalmente, humanas. A ausência de recursos adequados, o número elevado de alunos por turma e a falta de profissionais de apoio são fatores que dificultam o atendimento às necessidades educacionais dos estudantes com TEA. Para que a inclusão seja uma realidade, é indispensável o compromisso coletivo da escola, da gestão e das famílias, articulando esforços que promovam o desenvolvimento integral do aluno.

A construção de uma prática inclusiva voltada aos alunos com TEA implica reconhecer que cada estudante aprende de forma diferente e que a diversidade é um elemento enriquecedor do processo educativo. Mantoan (2015) e Cunha (2019) defendem que a escola inclusiva deve valorizar a singularidade e o protagonismo de cada sujeito, promovendo experiências que estimulem a socialização, a comunicação e a autonomia. Nesse sentido, o papel do professor é essencial, pois ele atua como mediador das relações, incentivando o respeito às diferenças e o fortalecimento de vínculos afetivos entre os alunos, condição indispensável para o aprendizado.

1843

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo analisar as estratégias e os desafios enfrentados pelos professores da educação regular na inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), refletindo sobre os caminhos que podem favorecer uma prática pedagógica mais humanizada e equitativa. A partir de uma abordagem bibliográfica e qualitativa, fundamentada em autores como Mantoan, Bosa, Amaral, Cunha e Oliveira, o estudo busca compreender como a formação docente, o trabalho colaborativo e o planejamento pedagógico podem contribuir para a efetivação da inclusão e para a valorização da diversidade no ambiente escolar.

MÉTODOS

A presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e qualitativa, pois buscou compreender, por meio de análises teóricas, as principais estratégias e desafios relacionados à inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto da educação

regular. Segundo Gil (2019), a pesquisa bibliográfica é aquela que se desenvolve a partir de material já publicado, permitindo ao pesquisador conhecer, comparar e refletir sobre as contribuições existentes em determinado campo de estudo. Assim, este trabalho fundamentou-se na análise de livros, artigos científicos e documentos oficiais que abordam a temática da inclusão, com foco especial nas práticas pedagógicas voltadas aos alunos com TEA.

A abordagem qualitativa foi escolhida por possibilitar uma compreensão mais sensível e profunda dos fenômenos educacionais. Minayo (2021) ressalta que esse tipo de abordagem valoriza os significados, as percepções e os contextos em que as ações humanas ocorrem, o que é essencial para compreender as experiências docentes na inclusão de alunos com necessidades específicas. Dessa forma, a análise aqui proposta ultrapassa os dados objetivos, buscando captar as dimensões subjetivas e sociais que envolvem a prática pedagógica inclusiva e os desafios enfrentados pelos professores no cotidiano escolar.

O levantamento bibliográfico foi realizado entre os anos de 2015 e 2024, período que concentra grande parte das discussões contemporâneas sobre o TEA e as políticas de inclusão educacional no Brasil. As buscas foram realizadas nas bases SciELO, Google Acadêmico e Periódicos CAPES, utilizando descritores como *inclusão escolar*, *autismo*, *educação regular* e *práticas pedagógicas inclusivas*. Foram priorizados textos em língua portuguesa e de acesso gratuito, de modo a garantir a relevância, atualidade e aplicabilidade das informações obtidas. Essa etapa permitiu identificar diferentes perspectivas sobre o papel do professor, as estratégias metodológicas e as barreiras institucionais presentes na escola regular.

1844

Para compor o corpus da pesquisa, foram selecionadas 15 produções acadêmicas entre artigos, livros e dissertações que apresentavam relação direta com o tema proposto. Os critérios de inclusão consideraram a coerência teórica, o alinhamento à legislação brasileira e a pertinência pedagógica das propostas analisadas. Foram excluídas obras que tratavam do TEA em contextos clínicos, sem interface com a prática educativa. Cunha (2019) destaca que, ao selecionar as fontes, é fundamental observar a contribuição de cada autor para o entendimento do objeto de estudo, evitando a dispersão temática e garantindo a consistência analítica do trabalho.

A interpretação dos dados teóricos foi conduzida com base na análise de conteúdo, conforme o método proposto por Bardin (2016), que organiza o material em categorias temáticas. Essa técnica permitiu agrupar as informações em três eixos principais: *as práticas pedagógicas e estratégias inclusivas utilizadas pelos professores*; *os desafios estruturais e formativos para*

a efetiva inclusão; e o papel da escola e da gestão na promoção de uma cultura de diversidade e respeito às diferenças. A partir dessa categorização, tornou-se possível realizar uma leitura crítica e integrada das contribuições dos autores, evidenciando convergências e lacunas teóricas.

Durante todo o processo, manteve-se uma postura ética, crítica e reflexiva, orientada pelo compromisso de valorizar o conhecimento produzido sobre a inclusão e respeitar a integridade intelectual das obras consultadas. Amaral (2018) e Oliveira (2020) enfatizam que a pesquisa sobre o TEA deve ser conduzida com empatia e responsabilidade social, pois envolve temáticas sensíveis e que tocam diretamente a vida de estudantes e suas famílias. Assim, este estudo foi desenvolvido com o propósito de contribuir para a formação de professores mais conscientes, comprometidos e preparados para transformar a escola em um espaço de acolhimento, diversidade e aprendizagem significativa.

RESULTADOS

Os resultados obtidos a partir da análise bibliográfica evidenciaram que a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas regulares tem avançado consideravelmente no cenário educacional brasileiro, sobretudo após a consolidação de políticas públicas de inclusão. Entretanto, esses avanços ainda caminham lado a lado com inúmeros desafios que envolvem desde a formação docente até as práticas pedagógicas e as condições estruturais das escolas. Mantoan (2015) afirma que, para que a inclusão seja efetiva, é necessário compreender que todos os alunos têm direito de aprender juntos, respeitando suas diferenças e singularidades, e que a escola precisa se reorganizar pedagogicamente para atender a essa diversidade.

1845

O primeiro eixo identificado diz respeito às estratégias pedagógicas adotadas pelos professores na tentativa de garantir a aprendizagem dos alunos com TEA. As produções analisadas apontam que a utilização de recursos visuais, rotinas estruturadas e atividades adaptadas contribuem significativamente para o engajamento e a compreensão dos conteúdos por parte desses estudantes. Cunha (2019) destaca que o uso de materiais concretos, imagens, pictogramas e tecnologias digitais favorece a comunicação e a autonomia do aluno, possibilitando que ele compreenda melhor o que se espera em cada atividade e desenvolva maior segurança no ambiente escolar.

Outra estratégia recorrente observada é o investimento em metodologias ativas que estimulam a participação e a socialização. Amaral (2018) e Oliveira (2020) ressaltam que práticas

como jogos cooperativos, projetos interdisciplinares e dinâmicas em grupo ajudam a fortalecer os vínculos entre os alunos e a diminuir comportamentos de isolamento típicos do TEA. Quando o aluno com autismo é convidado a participar de forma ativa e não apenas como observador, ele passa a se sentir pertencente ao espaço escolar, o que impacta positivamente sua autoestima e seu desenvolvimento cognitivo e social.

Também foi constatado que as tecnologias assistivas vêm desempenhando papel fundamental na inclusão. O uso de aplicativos, softwares educativos, quadros interativos e recursos de comunicação alternativa tem possibilitado novas formas de expressão e aprendizado. Oliveira (2020) explica que a tecnologia, quando utilizada de maneira pedagógica e planejada, não apenas facilita o acesso ao conhecimento, mas também promove a autonomia e a interação entre os alunos. A personalização do ensino, mediada por ferramentas digitais, permite que o professor atenda diferentes ritmos e estilos de aprendizagem.

Contudo, as produções analisadas mostram que a formação docente ainda é um dos pontos mais críticos no processo de inclusão. Muitos professores relatam dificuldades em lidar com comportamentos desafiadores, adaptar materiais e desenvolver estratégias individualizadas. Bosa (2016) afirma que a formação inicial dos educadores muitas vezes não contempla as especificidades do autismo, o que gera insegurança e resistência diante da inclusão. A ausência de formação continuada voltada à temática também compromete a prática pedagógica, tornando as ações fragmentadas e pouco eficazes.

1846

Outro aspecto recorrente é a falta de apoio institucional. As pesquisas apontam que grande parte das escolas não possui profissionais de apoio suficientes, como auxiliares, psicopedagogos e intérpretes, o que sobrecarrega o professor e limita a efetividade das práticas inclusivas. Amaral (2018) defende que o trabalho colaborativo entre equipe gestora, professores e famílias é essencial para o sucesso da inclusão. Sem esse apoio, o docente tende a atuar de maneira isolada, o que reforça o sentimento de impotência frente às demandas complexas do cotidiano escolar.

Os resultados também revelam que o planejamento pedagógico coletivo é uma das estratégias mais potentes para o fortalecimento da inclusão. Quando os professores se reúnem para discutir as necessidades dos alunos, trocar experiências e construir juntos soluções, as práticas se tornam mais coerentes e adaptadas à realidade da turma. Cunha (2019) aponta que o planejamento colaborativo permite que a escola avance na construção de um projeto político-

pedagógico verdadeiramente inclusivo, em que o aluno com TEA é visto como sujeito de direitos e parte ativa do processo educativo.

Um ponto importante identificado nas produções é o papel da afetividade nas relações pedagógicas. A empatia, o acolhimento e o vínculo emocional entre professor e aluno surgem como elementos centrais para o desenvolvimento do estudante com TEA. Mantoan (2015) afirma que nenhuma metodologia será eficaz se não houver um olhar humanizado, capaz de enxergar o aluno em sua totalidade. Professores que desenvolvem relações afetivas de confiança tendem a obter melhores resultados na aprendizagem e no comportamento, pois o aluno sente-se seguro para explorar, errar e aprender.

Apesar dos avanços teóricos e das boas práticas relatadas, persistem barreiras estruturais e atitudinais que dificultam a efetivação da inclusão. Muitas escolas ainda carecem de infraestrutura adequada, de materiais adaptados e de políticas institucionais claras de apoio à diversidade. Além disso, algumas resistências culturais ainda se manifestam em atitudes de preconceito, exclusão velada ou superproteção. Oliveira (2020) ressalta que a verdadeira inclusão requer mudança de mentalidade, em que todos os membros da comunidade escolar assumam o compromisso ético de reconhecer e valorizar as diferenças como parte natural do convívio humano.

1847

As produções também demonstram que o envolvimento da família é determinante para o sucesso do processo de inclusão. Quando há diálogo entre pais e professores, ocorre uma continuidade entre o aprendizado escolar e as experiências do cotidiano. Amaral (2018) observa que as famílias de alunos com TEA, quando devidamente orientadas e acolhidas, tornam-se parceiras valiosas na construção de estratégias pedagógicas mais eficazes. Por outro lado, a falta de comunicação entre escola e família pode gerar ruídos e dificultar o desenvolvimento integral do estudante.

Outra constatação relevante é que a inclusão de alunos com TEA contribui significativamente para o desenvolvimento de atitudes empáticas e solidárias entre os colegas. Cunha (2019) e Bosa (2016) apontam que o convívio com a diferença amplia a sensibilidade e o respeito mútuo entre os alunos, promovendo um ambiente mais democrático e colaborativo. Assim, o processo inclusivo beneficia não apenas o estudante com autismo, mas todo o grupo, tornando a escola um espaço de convivência e aprendizado humano.

Os resultados evidenciam ainda que a avaliação escolar é uma das áreas que mais exigem adaptação. Professores têm recorrido a instrumentos diversificados, como portfólios,

observações e registros de progresso individual, em substituição às provas tradicionais. Mantoan (2015) defende que a avaliação deve ser formativa e processual, centrada no desenvolvimento e não na comparação entre alunos. Essa perspectiva contribui para reduzir a ansiedade e valorizar pequenas conquistas, fortalecendo o sentimento de pertencimento do aluno com TEA.

Além disso, observou-se que a inclusão efetiva requer uma gestão escolar comprometida com a formação e o suporte aos docentes. As escolas que se destacam por práticas mais inclusivas são aquelas em que a direção e a coordenação pedagógica atuam de forma participativa, promovendo espaços de estudo e reflexão sobre o tema. Amaral (2018) e Oliveira (2020) apontam que o papel da gestão é criar condições para que a inclusão aconteça, garantindo recursos, escuta e valorização profissional.

Um dado relevante identificado na literatura é que a inclusão de alunos com TEA favorece o repensar das práticas pedagógicas tradicionais. Professores que enfrentam o desafio da diversidade acabam desenvolvendo novas formas de ensinar, mais criativas, empáticas e colaborativas. Cunha (2019) observa que o contato com alunos autistas amplia o repertório didático do professor e o sensibiliza para compreender as diferenças como oportunidade de crescimento pedagógico. Essa transformação vai além da sala de aula, atingindo o próprio sentido da educação.

1848

Por fim, as análises indicam que, embora o caminho da inclusão ainda seja permeado por dificuldades, há uma mudança progressiva de cultura nas escolas brasileiras. O discurso inclusivo tem se fortalecido, e as experiências relatadas mostram que é possível construir práticas eficazes quando há compromisso, formação e colaboração. A inclusão do aluno com TEA, mais do que um desafio técnico, é uma oportunidade de reinventar a escola tornando-a mais humana, mais aberta à diversidade e mais coerente com o ideal de uma educação para todos.

CONCLUSÃO

A análise realizada neste estudo permitiu compreender que a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação regular é um processo em constante construção, permeado por conquistas significativas e desafios complexos. Mais do que uma política pública ou uma exigência legal, trata-se de um movimento ético e humano que busca assegurar o direito de todos à aprendizagem e à convivência. Mantoan (2015) enfatiza que a

escola inclusiva deve reconhecer o valor da diferença e compreender que ensinar é acolher, é criar condições para que cada estudante aprenda no seu tempo e do seu modo. A inclusão, portanto, não se resume à presença física do aluno com TEA na sala de aula, mas à efetiva participação e ao sentimento de pertencimento que se constroem a partir de práticas pedagógicas sensíveis e colaborativas.

Os resultados evidenciaram que a formação docente continua sendo o principal eixo para o avanço da inclusão. Professores bem formados e apoiados tendem a desenvolver práticas mais criativas, adaptadas e afetivas, capazes de responder às singularidades dos alunos. Cunha (2019) destaca que a formação não pode ser pontual ou técnica, mas contínua e reflexiva, estimulando o diálogo entre teoria e prática. A escola inclusiva demanda profissionais abertos ao aprendizado, dispostos a rever suas concepções e a construir estratégias coletivas. Nesse sentido, a valorização do professor é um investimento essencial para consolidar uma cultura de inclusão que ultrapasse os limites da legislação e se materialize no cotidiano escolar.

Outro aspecto fundamental apontado pela pesquisa é a necessidade de fortalecer o apoio institucional e a atuação colaborativa entre gestores, famílias e equipe multidisciplinar. Amaral (2018) e Oliveira (2020) reforçam que a inclusão só se torna efetiva quando há envolvimento coletivo e comprometimento da comunidade escolar. A presença de profissionais de apoio, o diálogo entre professores e pais, e a escuta atenta das necessidades dos alunos criam um ambiente mais acolhedor e propício ao desenvolvimento integral. A escola precisa compreender que o trabalho com alunos com TEA não é responsabilidade de um único educador, mas de todos os que compartilham o espaço educativo.

1849

As reflexões também mostraram que as estratégias pedagógicas inclusivas, como o uso de recursos visuais, tecnologias assistivas e metodologias ativas, são instrumentos poderosos para ampliar a aprendizagem e a autonomia dos alunos com TEA. No entanto, tais estratégias só alcançam seu potencial quando permeadas pela afetividade e pelo respeito às diferenças. Bosa (2016) lembra que a relação entre professor e aluno é o primeiro passo para o sucesso da inclusão, pois é nela que se constroem a confiança, a segurança e o desejo de aprender. Assim, cada gesto de acolhimento, cada adaptação metodológica e cada olhar atento representam um avanço significativo rumo a uma educação verdadeiramente humanizada.

Conclui-se, portanto, que a inclusão de alunos com TEA na educação regular não deve ser vista como um desafio isolado, mas como uma oportunidade de redefinir o sentido da escola e do ato de educar. Incluir é transformar é reconhecer que a diversidade é o que enriquece as

relações e fortalece a aprendizagem. As experiências analisadas demonstram que, quando a escola se abre ao diálogo e à empatia, ela se torna um espaço de reconstrução de saberes e de valorização das potencialidades humanas. Cabe aos educadores, gestores e à sociedade como um todo continuar lutando por uma escola mais justa, acolhedora e plural, onde cada aluno, com ou sem deficiência, possa aprender, conviver e se sentir parte do mundo.

REFERÊNCIAS

AMARAL, L. A. *Autismo: um olhar além do diagnóstico*. São Paulo: Cortez, 2018.

BOSA, C. A. *Autismo: intervenções e práticas pedagógicas*. Porto Alegre: Artmed, 2016.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

CARVALHO, R. E. *Educação inclusiva: com os pingos nos “is”*. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2018.

CUNHA, E. V. *Educação inclusiva e autismo: práticas pedagógicas e desafios contemporâneos*. Curitiba: Appris, 2019.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* 5. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 15. ed. São Paulo: Hucitec, 2021.

OLIVEIRA, M. C. *Transtorno do Espectro Autista: desafios e perspectivas na educação regular*. Rio de Janeiro: Vozes, 2020.